

CONTRATO Nº 20260135

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº 20260135, QUE FAZEM ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES - IPMB E A EMPRESA SMP CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES - IPMB, CNPJ: 04.316.287/0001-14**, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) DORALICE CAMARA DE ALMEIDA, PRESIDENTE, portadora do CPF: 234.531.252-15, residente na rua: Antônio Fulgencio, 2296, Centro, CEP: 68.800-000 – BREVES/PA, e do outro lado **SMP CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 17.853.685/0001-11**, com sede na AVENIDA CURRALINHO Nº 841, CIDADE NOVA, Breves-PA, CEP: 68.800-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo Senhor SILAS MENEZES POMPEU, portador do(a) CPF: 431.719.742-15, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HIGIENE/LIPEZA E DESCARTÁVEIS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE) PARA ATENDIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
003815	ESPONJA DE LÃ DE AÇO C/8 UNIDADES	PACOTE	36	52,23	1.880,28
005137	ÁGUA SANITÁRIA Q.BOA 1LT	CAIXA	40	40,21	1.608,40
020933	ALCOOL LIQUIDO 70% MATERIAL, EMBALAGEM DE 1 LITRO	UNIDADE	240	10,73	2.575,20
021744	FLANELA EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDINDO APROX.40x60CM	UNIDADE	36	10,53	379,08
103173	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG	QUILO	40	10,08	403,20
127184	FLANELA GRANDE 28/39CM	UNIDADE	80	7,05	564,00
127199	GARFO DESCARTÁVEL BRANCO PCT COM 50UNID	PACOTE	60	10,71	642,60
127200	LIMPA-ALUMÍNIO LÍQUIDO 200ML, CX C/ 24UNIDADE	CAIXA	24	82,98	1.991,52
127202	LIXEIRA PLÁSTICA 15L COM TAMPA E PEDAL	UNIDADE	36	49,21	1.771,56
127203	LUSTRA MÓVEIS 200ML CAIXA C/12 UNIDADE	CAIXA	12	114,15	1.369,80
127204	PANO PARA LOUÇA (GUARDANAPO)35/62CM	UNIDADE	60	11,06	663,60
127221	LIMPA VIDRO C/ EMBALAGEM DE 500ML CX C/12UNIDADE	CAIXA	36	90,50	3.258,00
127305	LEITE EM PÓ INTEGRAL C/ 50PCT - CCGL	FARDO	12	272,56	3.270,72
128464	ADOÇANTE DIETÉTICO, LIQUIDO TIPO ARTIFICIAL.	UNIDADE	60	12,20	732,00
128468	OLEO DE SOJA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET,CONTENDO 900ML	UNIDADE	240	9,39	2.253,60
128470	ÁGUA MINERAL SEM GÁS EMBALADA EM COPO TRANSPARENTE DE 200ML	FARDO	90	15,75	1.417,50
128471	ARROZ TIPO 1 EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLASTICA DE 1KG	QUILO	80	8,92	713,60
128472	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA LEITE DE TRIGO	PACOTE	480	7,45	3.576,00
128473	BOLACHA SALGADA TIPO ÁGUA E SAL 400G	PACOTE	480	6,08	2.918,40
128474	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOIDO DO TIPO VÁCUO PCT 250G	PACOTE	480	17,47	8.385,60
128475	MANTEIGA COMUM COM SAL, EM EMBALAGEM DE 500G	UNIDADE	240	24,74	5.937,60
129303	GARRAFAO DE ÁGUA MINERAL 20L SEM GÁS	UNIDADE	24	43,48	1.043,52
129304	RECARGA DE ÁGUA MINERAL 20L SEM GÁS.	UNIDADE	520	25,00	13.000,00
129306	GOMA DE TAPIOCA REGIONAL, EMBALAGEM DE 500G.	PACOTE	460	9,15	4.209,00
129307	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM TETRA PACK COM NO MAXIMO 395G	CAIXA	12	181,80	2.181,60
129311	OVOS DE GALINHA COR BRANCA, TIPO JUMBO. CUBAS COM 30 OVOS	UNIDADE	24	32,37	776,88
129313	POLPA PASTERIZADA DE ABACAXI EMBALAGEM DE 500G.	UNIDADE	160	16,05	2.568,00
129314	POLPA PASTERIZADA DE ACEROLA, EMBALAGEM DE 500G.	UNIDADE	160	17,53	2.804,80

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES

CNPJ: 04.316.287/0001-14 - Endereço: Tv. Castilho França, nº637 - Centro - CEP: 68.800-00 - Fone: 99226-0910 - Site: ipmb.breves.pa.gov.br

129315	POLPA PASTERIZADA DE CUPUAÇU, EMBALAGEM DE 500G.	UNIDADE	160	18,60	2.976,00
129316	POLPA PASTERIZADA DE GOIAGA, EMBALAGEM DE 500G.	UNIDADE	160	17,53	2.804,80
129317	POLPA PASTERIZADA DE MARACUJÁ, EMBALAGEM COM 500G.	UNIDADE	160	18,65	2.984,00
140146	ACHOCOLATADO EM PÓ PC COM 400GRAMAS.	PACOTE	460	15,75	7.245,00
140168	ALCOOL 70% EM GEL, EMBALAGEM COM 700ML	UNIDADE	240	15,15	3.636,00
140170	BALDE ESPREMEDOR PLÁSTICO COM MOP. CAPACIDADE 18LTS	UNIDADE	12	78,97	947,64
140173	DESIFETANTE GERMICIDA, EMBALAGEM COM 500ML, CAIXA COM 12 UNIDADE	CAIXA	36	73,28	2.638,08
140175	DESODORIZADOR DE AMBIENTES EMBALAGEM COM 400ML, CAIXA C/ 12UNID.	CAIXA	36	139,69	5.028,84
140176	ESPONJA DUPLA-FACE, PACOTE COM 3 UNIDADES	UNIDADE	36	5,22	187,92
140177	GUARDANAPO DE PAPEL, PACOTE C/ 50 FOLHAS DE APROXIMA. 20X22CM	CAIXA	28	171,10	4.790,80
140179	PANO DE CHÃO, 100% ALGODOAO, APROXIMADAMENTE 480X760MM	UNIDADE	120	14,52	1.742,40
140180	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA, 20X20,5CM.	PACOTE	60	30,19	1.811,40
140181	RODO MEDIO COM CABO EM MADEIRA COM ROSCA	UNIDADE	18	16,48	296,64
140183	DESODORIZADOR SANITARIO, CAIXA COM CESTINHA	UNIDADE	180	10,50	1.890,00
160489	Açúcar refinado em embalagem plástica 1kg.	QUILO	460	8,60	3.956,00
160508	Queijo muçarela fatiado.	QUILO	130	61,75	8.027,50
160515	Colher descartável poliestireno 50 unidades.	PACOTE	60	10,02	601,20
160535	Luva plástica tipo mucambo em par.	PAR	60	14,18	850,80
160536	Pá de lixo com cabo.	UNIDADE	12	12,29	147,48
171512	REFRIGERANTE 2 LTS,FARDOS COM 6 UNIDADES SABORES DIVERSOOS	FARDO	60	57,10	3.426,00
171513	COPO DESCARTAVEL DE POLIESTIRENO 300ML C/100UNIDADES	PACOTE	250	13,13	3.282,50
171514	COPO DESCARTAVEL DE POLIESTIRENO 50ML C/100UNIDADES	PACOTE	500	5,34	2.670,00
171515	COPO DESCARTAVEL POLIESTIRENO 200ML C/100UNID.	PACOTE	250	11,94	2.985,00
171516	DESINFETANTE MULTIUSO, EMBALAGEM COM 500ML C/12UNIDADES	CAIXA	36	73,36	2.640,96
171517	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇA 500ML C/24UNIDADES.	CAIXA	40	86,68	3.467,20
171518	FACA DESCARTAVEL POLIESTIRENO P/ REFEIÇÃO TAMANHO MEDIO	PACOTE	50	6,45	322,50
171519	INSETICIDA DOMESTICO SPRAY PARA BARATA E FORMIGA COM 300ML	UNIDADE	240	13,15	3.156,00
171520	MEXEDOR VARINHA PARA CAFÉ,SUCOS,CHÁ E BEBIDAS 11CM COM 500UNID.	PACOTE	24	15,00	360,00
171521	PAPEL HIGIENICO DE 1º QUALIDADE BRANCO 30MX10CM C/4ROLOS	UNIDADE	300	11,04	3.312,00
171522	PAPEL TOALHA ULTRA RESISTENTE COM FOLHA DUPLA PICOTADA 22CMX20CM	FARDO	26	106,50	2.769,00
171523	PRATO DESCARTAVEL POLIESTIRENO FUNDO 15CM COM 10UNIDADES	PACOTE	250	5,02	1.255,00
171524	PRATO DESCARTAVEL POLIESTIRENO RASO 21CM COM 10UNIDADES	PACOTE	250	6,34	1.585,00
171525	SABAO EM PÓ BIODEGRADAVEL 500G C/24UNIDADES	CAIXA	24	197,15	4.731,60
171526	SACO PLASTICO P/ LIXO DE 30LITROS 59CMX62CM C/100UNIDADES	PACOTE	60	8,70	522,00
171527	SACOS PLASTICOS P/ LIXO 50LITROS 63CMX80CM C/100UNIDADES	PACOTE	60	14,12	847,20
171528	SACOS PLASTICOS REFORÇADO P/LIXO 200LITROS 90CM X 115CM C/UNID.	PACOTE	60	42,25	2.535,00
171529	SACOS PLASTICO P/LIXO 100LITROS 75CM X 1,05M C/100UNIDADES	PACOTE	60	27,36	1.641,60
171530	SAPONÁCEO EM PÓ COM 500G.	UNIDADE	24	22,85	548,40
171531	VASSOURA PIAÇAVA TIPO DOMESTICA	UNIDADE	60	19,41	1.164,60
171532	LIXEIRA PLASTICA MEDIA P/LIXO FECHADO C/TAMPA 50LTS	UNIDADE	20	78,95	1.579,00
171533	SABONETE LIQUIDO P/BANHEIRO FRAGÂNCIA DIVERSAS 350ML	UNIDADE	60	17,85	1.071,00

VALOR GLOBAL R\$ 171.330,12

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 171.330,12 (Cento e Setenta e Um Mil, Trezentos e Trinta Reais e Doze Centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº 320001-2026IPMB, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu extrato e estendendo-se até 06 de Março de 2027.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- V** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI** - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII** - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- VIII** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX** - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- II** - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- III** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- IV** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório

para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade 5001.081220049.2.088 Manutenção do Instituto de Previdência do Município de Breves, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09 de Fevereiro de 2026

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de BREVES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

BREVES - PA, 06 de março de 2026

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREVES

CNPJ(MF): 04.316.287/0001-14

CONTRATANTE

SMP CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ(MF): 17.853.685/0001-11

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____